Olivete Salmória



“Há três anos acompanho e cobro essa ação emergencial para reduzir o número de colisões frontais, tragédias que matam pessoas toda semana.”

Deputado **Lucas Neves** (Republicanos), ao criticar o governo central por não realizar as obras de terceiras faixas na BR-282

O problema do javali e o “efeito cobra”

Os prefeitos da região já solicitaram ao governo um levantamento detalhado visando dimensionar oficialmente a invasão biológica de javalis e javaporcos que estão sendo a dor de cabeça dos produtores. O que antes parecia um problema restrito a propriedades isoladas, transformou-se em uma praga regional que ameaça a segurança hídrica — com a destruição de nascentes —, o sustento de pequenas lavouras e o status sanitário da produção animal da Serra. Há estimativa de que ocorrem três mil nascimentos diários dessas espécies, pois as fêmeas geram até três ninhadas por ano, com cerca de 8 filhotes cada e não têm predadores naturais. A previsão de que tenhamos hoje uma população de 250 mil javalis em SC, já teria sido superada em muito. A questão da estimativa populacional dos javalis e javaporcos é complexa e, conforme debatido pelos prefeitos, não existe atualmente um levantamento censitário preciso ou um número oficial exato para a região de forma isolada. A espécie invasora já atinge cerca de 270 municípios, o que representa aproximadamente 92% do território catarinense, sendo a Serra e o Oeste as regiões com as maiores densidades e focos históricos do animal. O Sistema de Monitoramento e Manejo de Fauna dá uma dimensão do crescimento. Em SC, o número de animais abatidos saltou de 5,8 mil em 2019 para uma média estável de mais de 34 mil a 36 mil abates anuais nos anos mais recentes. O debate na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), junto aos sindicatos rurais, costuma girar em torno da burocracia para a liberação e o controle do manejo (caça controlada) autorizado pelo Ibama, que frequentemente sofre impasses jurídicos e operacionais, deixando os produtores na linha de frente desse prejuízo. Como o javali tem hábitos predominantemente noturnos, o agricultor, muitas vezes, vai dormir com a lavoura intacta e acorda com um cenário de destruição. O impacto vai além do que eles comem: ao passarem em bandos (varas), eles pisoteiam e reviram o solo, destruindo investimentos pesados em sementes, fertilizantes e tecnologia de plantio (especialmente nas culturas de milho, feijão e pastagens). O maior desabafo do setor produtivo é a instabilidade na legislação. Além de discutir a desburocratização para o abate do javali – os controladores (caçadores) são tratados como bandidos, segundo o deputado Lucas Neves. A Assembleia Legislativa aprovou recentemente o pagamento de R$ 100,00 por cabeça abatida. Contudo, essa medida pode repetir um erro histórico chamado “efeito cobra” que deu origem a um conceito econômico sobre incentivos que dão errado. O governo britânico ofereceu dinheiro por cada cobra morta em Délhi para diminuir o perigo nas ruas, no período colonial. Sempre existem os espertos em busca de formas para ganhar dinheiro fácil. Alguns passaram a criar as serpentes em casa só para matar os filhotes e receber o prêmio. Quando o governo decidiu extinguir o pagamento, as cobras foram soltas e a população acabou sendo maior do que a existente antes. Na tentativa de resolver um problema, acaba por piorá-lo, gerando consequências opostas às desejadas devido a incentivos mal planejados.

A expansão do PRD na Serra

O vereador Jonata Mendes (PRD) recebeu na Câmara de Vereadores de Lages a visita do presidente estadual do Partido Renovação Democrática, Fábio Lopes. O encontro no gabinete teve como pauta central o alinhamento de diretrizes e o planejamento estratégico para o crescimento do PRD na Serra Catarinense. Como único representante do PRD no Legislativo lageano (eleito com expressiva votação no município), Jonata Mendes se consolida como a principal referência da sigla na região serrana. O encontro visa estruturar diretórios municipais vizinhos na Amures a partir do polo em Lages, ampliando a relevância do partido do interior.



O professor Sodré e um dos candidatos ao governo de SC

O PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) confirmou a candidatura do professor Marcus Sodré ao governo de Santa Catarina e de Tatiane Pasdiora a vice, nas eleições de 2026. A decisão foi oficializada durante convenção on-line no sábado (25). Durante a convenção, o PSTU também homologou a candidatura de Joaninha de Oliveira e Marcos Dorval ao Senado. Ele tem 54 anos, é professor de história da rede pública estadual e tem a carreira pública ligada ao movimento sindical da educação. Concorre pela primeira vez ao governo, mas já disputou outras eleições para deputado e prefeito de Itajaí, não sendo eleito.



Iniciativa

A exemplo do que a Associação Empresarial de Lages (Acil) realizou anos atrás (Serrano vota em serrano), a Associação Empresarial de Criciúma (Acic) decidiu usar a mesma estratégia e lançou oficialmente a campanha “Vote pelo Sul”. A iniciativa responde a uma dor antiga e comum entre a Serra e o Sul: o transbordamento de candidatos de fora (especialmente da Capital e do Litoral) que buscam votos nessas regiões durante o período eleitoral, mas somem do mapa na hora de destinar emendas, defender obras de infraestrutura e articular recursos no orçamento estadual e federal.

Eleitorado

Com o fechamento do cadastro eleitoral em maio, Santa Catarina passou a contar com 5.725.753 eleitores aptos a votar, um crescimento de aproximadamente 236 mil eleitores em relação às eleições gerais de 2022, alta de 4,3%. Em comparação com 2024, o aumento foi de 85.094 eleitores (1,5%). As mulheres seguem maioria no eleitorado catarinense: Mulheres: 2.992.155 (52,26%) e homens: 2.733.597 (47,74%). Grande parte do aumento do eleitorado catarinense ocorreu devido à transferência de domicílio eleitoral de pessoas vindas de outros estados. Foram registradas 260.546 transferências eleitorais, sendo 157.609 originárias de outros estados e 102.937 entre municípios catarinenses.

Rodovia SC-112

Com o objetivo de aumentar a segurança e melhorar a mobilidade na Serra Catarinense, o deputado estadual Marcius Machado (PL) apresentou uma indicação na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) solicitando ao Governo do Estado a realização de estudos técnicos para a implantação de terceiras faixas na Rodovia SC-112, no trecho entre o entroncamento com a BR-282 e o município de Rio Rufino.

Brasília

A prefeita Carmen Zanotto esteve em Brasília, semana passada, em busca de recursos para tocar as obras necessária, uma vez que a prefeitura não conta com recursos disponíveis. Veja que todas as obras tocadas até agora ou foram verba dos governos estadual e federal, a exemplo da revitalização de parte na Avenida Carahá, como a cobertura do calçadão (que já teve início), são provenientes de emendas dos deputados ou ainda das suas próprias emendas, enquanto deputada federal. Só que estas últimas acabaram. Agora ela tem de ir em busca de novas fontes e trilhar novos caminhos em busca de verba. Aí então entra seus conhecimentos e networks.

Concursados

O deputado Marcius Machado fez uma solicitação ao governo com relação ao aumento das nomeações dos candidatos aprovados em concurso público, especialmente para suprir as necessidades dos hospitais, incluindo aí o Hospital Tereza Ramos. Consta que houve um concurso ano passado que abrange algumas vagas para cargos específicos, porém, não supre a demanda no HTR. Para o cargo de técnico em atividades administrativas o edital previu somente vagas à Regional de Saúde. Em contrapartida, o Estado vem a anos abrindo Processo Seletivo de contratação temporária.

Só depois...

O aguardado projeto de pavimentação asfáltica para as estradas do interior de Lages, viabilizado pelo programa estadual “Estrada Boa Rural”, não terá edital lançado e nem máquinas na pista antes do final do pleito deste ano. A informação foi confirmada oficialmente pela Prefeitura de Lages. Como funciona a conta do projeto: Aporte Estadual: R$ 10 milhões do Governo do Estado. Contrapartida Municipal: R$ 10 milhões viabilizados via financiamento já aprovado pela Câmara de Vereadores. Investimento Total: R$ 20 milhões destinados à infraestrutura das rotas de escoamento agrícola e turismo rural. Apesar de os trâmites burocráticos e o processo de adesão terem iniciado no ano passado, o cronograma esbarrou na legislação eleitoral, que proíbe formalmente a assinatura de novos convênios e a transferência voluntária de recursos estaduais a partir de julho em anos de eleição. Com isso, a chamada Etapa 1 do programa só será retomada após o resultado das urnas.